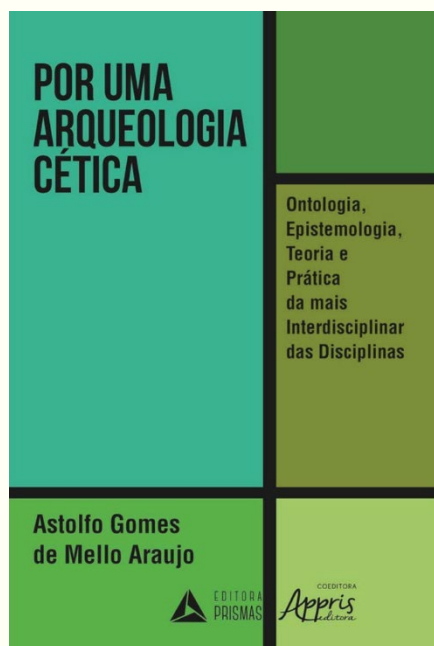


RESENHA DE LIVRO



ARAÚJO, Astolfo Gomes de Mello

Por uma Arqueologia Cética: Ontologia, Epistemologia, Teoria e Prática da mais Interdisciplinar das Disciplinas.

Curitiba: Editora Prismas, 2019, 381 p.

ISBN: 978-8553700929

João Nilo de Souza Nobre ¹

<https://orcid.org/0009-0001-1257-8286> / nilonobrelobo@gmail.com

¹ Pesquisador Independente, Fortaleza, Ceará, Brasil

O livro é apresentado como resultado final de um concurso de livre-docência prestado pelo autor e busca elaborar um panorama que vai dos conceitos gerais filosóficos do fazer científico, abordando muito da História da Ciência, passando pela delimitação conceitual da Arqueologia e seu lugar entre as ciências, traçando um breve histórico dos quadros teóricos para explicitar como a Arqueologia se interliga, mas difere de outras disciplinas, para, por fim, apresentar experiências pessoais de trabalho arqueológico à luz destes pressupostos. Para tanto, o livro divide-se em cinco capítulos.

No capítulo 1, são apresentados pressupostos ontológicos fundamentais que orientam e restringem as formas como as pesquisas científicas podem ser. Conceitos filosóficos como Materialismo, Realismo (objetivismo), Anti-Realismo (subjativismo), Emergentismo, Anti-progressismo são descritos e discutidos brevemente, revelando-se como “posturas” que condicionam os tipos de pensamento e sistemas de conhecimento epistemológicos. Após estas breves considerações, o pesquisador passa a descrever preceitos filosóficos que orientam os métodos do fazer científico como indução, dedução, abdução, para então debater sobre as diferenças entre ciências históricas e experimentais (a-históricas), passando pelas definições de teoria, método e técnica nestas disciplinas e concluindo o capítulo com o debate sobre explanação.

Deve-se destacar, contudo, que a definição do Anti-realismo (subjativismo) apresentada possui uma confusão comum sobre a construção subjetiva do conhecimento. Para o pesquisador, a partir das filosofias idealistas como a de Kant e Hegel, várias correntes de pensamento negam a possibilidade de aproximação da realidade por quaisquer meios, o que tornaria inválido qualquer procedimento científico. É muito comum que se encontre em livros de filosofia a crítica de que, no idealismo, é “a realidade que se molda aos conceitos”, mas a filosofia transcendental de Kant, estendendo o pensamento de Descartes, coloca o sujeito como condição de possibilidade do conhecimento. Ou seja, para que o conhecimento exista, tem que existir o pensador que o conhece. Então não é que o mundo material se molda à nossa compreensão, mas sim que todo conhecimento elaborado só vai existir a partir do sujeito que o produz. Portanto, o mundo material e a “realidade” existem, mas nosso conhecimento sobre eles serão sempre construções nossas. Tal perspectiva foi ampliada ainda mais com a reviravolta linguística na filosofia, no início do século XX, trazendo a linguagem para o centro do debate como condição de possibilidade de elaboração de qualquer conhecimento.

No capítulo 2, o pesquisador se dedica a delimitar conceitos mais específicos do fazer arqueológico como: artefato, ideias, comportamento, cultura e Arqueologia. A principal linha de argumentação deste capítulo é que o arqueólogo estuda apenas os artefatos, enquanto que os conceitos de comportamento e cultura são objetivos das pesquisas arqueológicas. A fim de evitar a confusão

entre objeto e objetivo de estudo, o professor encadeia algumas definições para nortear sua compreensão do fazer arqueológico. Comportamento, por exemplo, é definido como “qualquer mudança no estado de um organismo em relação ao ambiente em que está inserido” (p. 84); Cultura, por sua vez, é definida como “comportamento aprendido e compartilhado” (p. 88); e, por fim, a Arqueologia seria “o estudo dos artefatos e das relações entre os artefatos, operacionalizada por meio do conceito de cultura” (p. 95).

O capítulo 3 é dedicado a uma síntese histórica da arqueologia e sua relação com outras disciplinas. Aqui, associa-se a prática da pesquisa arqueológica muito mais com o campo das ciências históricas, pois a diacronia é fundamental para a compreensão na Arqueologia. Bem como é mostrado que a pretensa aproximação da Arqueologia com a Antropologia, muito defendida pelos adeptos do processualismo, é muito mais discursiva do que perceptível na prática. Então a discussão se volta para a cientificidade da Arqueologia em relação ao debate “ciência” vs “História”, para apresentar o método científico na ciência arqueológica, suas teorias e pressupostos fundamentais, bem como sua relação com a analogia.

No capítulo 4, Araújo foca mais detalhadamente no conceito de teoria, nos seus tipos e defende a aplicação do evolucionismo para a Arqueologia. Para ilustrar a confusão gerada em torno deste termo, o professor elenca vários tipos de teoria. Em seguida, o autor centra sua discussão em torno da estrutura da teoria na Arqueologia, onde postula que esta se assemelha à Biologia, Geologia e Geografia Física e que isto diferenciaria a Arqueologia das Humanidades, por possuir uma interseção entre componentes históricos, mas, ao mesmo tempo, apresentar processos naturais regulares que estão presentes como plano de fundo no desenrolar dos eventos. E argumenta que, tal como na Biologia e na Geologia, a Arqueologia não possui um corpo teórico único que englobe toda a disciplina, mas defende que seja dado maior destaque para o evolucionismo como modelo explicativo. Em seguida, o autor aborda as teorias de formação do registro arqueológico, as relações da Arqueologia com as geociências e o surgimento da geoarqueologia. No encerramento do capítulo, a discussão volta para o debate de conceitos como classificação e agrupamento.

Pode-se abrir um parêntese aqui para sublinhar que esta suposta diferença da Arqueologia das Humanidades por conta de uma ausência de uma teoria que englobe toda a disciplina talvez seja um equívoco. É possível que faltasse ao pesquisador, no momento da escrita deste trabalho, a noção de quadro referencial teórico enquanto modelo norteador das pesquisas. Todas as ciências possuem quadros referenciais que funcionam como “formas de ver” o objeto. Basta lembrarmos que até nas exatas como a física, a mecânica tradicional newtoniana não é compatível com a atual física quântica, de forma que também não há “uma única teoria que engloba toda a disciplina”.

Por fim, no capítulo 5, o pesquisador relata momentos de sua trajetória pessoal para apontar como, a partir de suas próprias experiências de campo, ele foi tendo contato com alguns destes conceitos e desenvolvendo sua compreensão do fazer arqueológico, até o momento em que ele pega diversos dados para exemplificar como se pode aplicar a teoria evolutiva no material arqueológico.

Para concluir, o autor faz uma defesa por uma Arqueologia feita em termos realistas, buscando a objetividade científica. “Não adotar uma ontologia realista que parte do princípio de que há uma história e apenas uma história por detrás do registro arqueológico, único testemunho material passível de estudo a representar a herança cultural que nos explica no presente, beira o crime” (p. 334). E argumenta que a Arqueologia, mais do que crítica, deveria ser cética, sem se alinhar automaticamente a grupos de interesse, e que seria também anárquica, por produzir interpretações contraintuitivas e desagradáveis, entreando um mundo diferente do que sugere o senso comum.

Trata-se, portanto, de uma obra introdutória com boas apresentações de alguns conceitos e algumas discussões bem questionáveis como toda obra que se proponha teórica ou filosófica. Há que se considerar, por exemplo, que a defesa de uma ontologia realista, ignorando todo o contexto teórico, histórico e social do século XX (tal como a reviravolta linguística) não parece uma atividade cética, pois falta criticidade também contra estes pressupostos, o que acaba contradizendo o que o título propõe. Assim como negar a crítica feita pelos relativistas, deixando de lado as discussões pós-modernas de multivocalidade e reivindicação de identidades para tentar analisar o registro arqueológico como representante de “uma única história” (quando todo conhecimento é invariavelmente mediado por sujeitos que podem pertencer a diversos grupos) também não parece muito anárquico.